

## ACTA NÚMERO 55

### ACTA DA I SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO MANDATO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS NO QUADRIÉNIO DOIS MIL E NOVE – DOIS MIL E TREZE, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE \_

— Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a I Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, pelas catorze horas e quarenta cinco minutos. —

— O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a **chamada** dos autarcas, tendo-se registado a **falta do autarca António José Bastos de Oliveira Martinho**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, que previamente comunicou ao Presidente da Assembleia a respectiva justificação. O autarca **Paulo Jorge Custódio Pinto**, da Coligação Democrática Unitária comunicou previamente a sua ausência por período inferior a trinta dias, tendo sido substituído por **Fátima Vera Gameiro da Silva**. Registou-se, também, a **ausência da Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa**, esta justificada por imperativo legal, uma vez que em 16 de Dezembro do corrente ano, a excelsa Governadora Civil do Distrito de Santarém trouxe ao conhecimento do Presidente da Assembleia, dois despachos seus, um marcando as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia da Barrosa, para o próximo dia dezoito de Abril de dois mil e dez e outro nomeando a Comissão Administrativa da mesma freguesia que até lá assegurará o funcionamento do seu órgão executivo, indicando que até à referida data não haverá lugar à presença de quaisquer representantes da freguesia nas reuniões plenárias da Assembleia. —

— **Os trabalhos iniciaram-se, assim, na presença de vinte e três autarcas.** —

— O **Presidente da Assembleia** alertou os autarcas para a **documentação constante das respectivas pastas individuais**, destacando a relativa à realização do último Congresso Electivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. —

— Após o que se passou à **apreciação e aprovação da Acta da I Sessão Extraordinária da Assembleia**, de vinte e sete de Novembro último, solicitando ao plenário a dispensa da respectiva leitura, o que foi aceite por consenso. Na apreciação não se registaram quaisquer intervenções, pelo que se passou imediatamente à votação, tendo a Acta sido **aprovada por unanimidade.** —

— O **Presidente** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo-se registado as inscrições para intervenção dos seguintes autarcas: **Sílvia Frazão** e **José Pastoria**, da Coligação Democrática Unitária, **Margarida Netto**, do Centro Democrático Social/Partido Popular, **Hélder Agapito**, do Bloco de Esquerda e **Nelson Lopes**, também, da Coligação Democrática Unitária. —

— Dada a palavra aos autarcas inscritos, usou da mesma **Sílvia Frazão** que reportou-se ao último **Congresso Electivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses**, felicitando o seu grande êxito e considerando a actuação daquela associação como um paradigma da democraticidade nacional e, por outro lado, fazendo reparo à desconsideração que tal evento mereceu por parte da comunicação social. Neste contexto, saudou a referida Associação Nacional, nas pessoas dos dirigentes dos seus órgãos sociais, sublinhando dever constituir orgulho a posição de destaque que o Presidente da Câmara Municipal tem assumido na mesma, desde há muito, como Vice-presidente do Conselho Directivo, dignificando o cargo, pautando-se sempre pela conciliação em defesa dos seus ideais políticos. —

— **José Pastoria** apresentou a todos os presentes as felicitações da Quadra Natalícia e **dois assuntos**, solicitando a intervenção possível do Executivo Municipal, a saber: **1. a reivindicação dos moradores na Estrada do Miradouro**, freguesia de Benavente, de **colocação de passadeiras tipo lombas**, a fim de se **reduzir o elevado perigo para a segurança de pessoas decorrente das velocidades excessivas praticadas pelos automobilistas** naquela via municipal; **2. referência à Cimeira Mundial de Copenhaga sobre o Ambiente**. —

— **Margarida Netto** usou da palavra para trazer de novo ao plenário do órgão deliberativo municipal, o **problema recorrente do estacionamento indevido e abusivo de veículos automóveis pesados na Urbanização Ribasor, em Benavente**, que permanece como situação incomodativa dos residentes, quer no que respeita ao ruído produzido, quer quanto ao prejuízo da segurança rodoviária, solicitando ponto de situação da actuação da Câmara quanto a esta situação. —

— O autarca **Hélder Agapito** interveio para apresentar a todos as felicitações natalícias e para abordar **duas situações**, a saber: **1. Reparo à sugestão feita pela representante do Partido Socialista na Câmara Municipal quanto à criação da Bolsa de Estudo Professor Matos**, afirmando ter a mesma sido rebuscada de anterior proposta feita pelo Bloco de Esquerda no fórum da Internet *Samora Online*; **2.**

**Leitura de Recomendação** alusiva ao cumprimento no Município das disposições do **Plano Nacional de Promoção da Mobilidade**. —————

— Seguiu-se a intervenção de **Nelson Lopes** que, após ter apresentado as felicitações natalícias, abordou os **assuntos** que se enunciam em seguida: **1. Saudação ao falecido Professor Matos**, pessoa que deve ser apontada com exemplo da comunidade local, pedagogo e defensor acérrimo do associativismo, considerando como não digno da sua memória o local onde foi feita a aludida proposta pelo Bloco de Esquerda, lamentando que não lhe tenha sido feita homenagem em vida e manifestou opinião concordante com a proposta de atribuição do seu nome a um dos estabelecimentos de ensino da freguesia de Samora Correia; **2. Atrasos consideráveis na distribuição postal local**, exemplificando com recentes casos concretos e com sérias perturbações que são criadas aos munícipes, nomeadamente quanto a pagamentos de serviços públicos e/ou privados. Propôs que o Executivo Municipal insistisse na resolução deste problema junto dos representantes dos CTT – Correios de Portugal, SA; **3. Falta de médicos nas unidades de saúde do concelho**, reportando-se às últimas declarações do Bastonário da Ordem dos Médicos referentes aos novos cursos de medicina, e relatando um lamentável caso concreto de que tomou conhecimento, solicitando à Assembleia intervenção na questão da constituição urgente de uma Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde no Município; **4. Necessidade de colocação de bandas sonoras na Rua do Povo Livre, Pombalinho, na freguesia de Samora Correia**, em face da excessiva velocidade praticada pelos automobilistas; **5. Funcionamento não eficiente do serviço da Guarda Nacional Republicana, Escola Segura**. —————

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções antecedentes, sendo que, como questão prévia, este corrigiu anterior afirmação sua, em plenário da Assembleia, relativa ao âmbito legal do Período de Intervenção do Público nas sessões do órgão deliberativo. O **Presidente da Mesa da Assembleia** complementou, informando que a situação em causa iria ser resolvida na presente sessão, reportando ao ponto número seis da ordem de trabalhos. —————

— O **Presidente da Câmara** começou, então, por responder ao autarca **José Pastoria**, afirmando que relativamente ao primeiro assunto abordado havia tomado boa nota, considerando justificado o estudo sobre a situação apontada. Reportando-se ao segundo assunto, afirmou que a auto-suficiência energética, nos novos edifícios

municipais, está a tentar ser obtida mediante a implementação de energias alternativas, cujo financiamento se espera ser viável em sede do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Quanto às ilhas ecológicas informou que existem candidaturas em curso em sede da ECOLEZÍRIA de que o Município é associado, sem, contudo, existir garantia da sua breve instalação, em face dos custos que importa a criação das células no subsolo e a instalação de todo o equipamento. —————

— Em resposta a **Margarida Netto**, reconheceu a razão da autarca na recolocação da situação problemática em causa, uma vez que os automobilistas continuam não cumprindo com a Lei, afirmando que o Executivo não vai deixar de tomar medidas imediatas para resolver esse problema que se agravou desde Outubro do corrente ano. Solicitou à autoridade policial local uma actuação mais rígidas, atuando e aplicando multas pelo cometimento de infracções ao Código da Estrada, até porque a pouco distância da Urbanização em causa, na sequência da conclusão dos arranjos exteriores ao Centro Escolar de Benavente, passou a existir um local onde pode ocorrer o estacionamento dos veículos pesados. —————

— Foi, então, solicitada à Mesa da Assembleia, a possibilidade da **vereadora municipal**, do Partido Socialista, **Ana Casquinha responder à parte inicial da intervenção de Hélder Agapito**, sendo que aquela eleita local afirmou não ter sentido a polémica que o Bloco de Esquerda suscitou, sublinhando que a sua proposta é, também, a de inúmeras outras pessoas que sentiram a vontade de homenagear o Professor Matos, podendo o restante Executivo Municipal confirmar que expressamente disse que a proposta não era da sua autoria e que considerou que era dever da Câmara associar-se à sociedade civil, devendo constituir tal homenagem algo de transversal e não, seguramente, uma situação de aproveitamento político, esperando que com este seu esclarecimento o assunto fique encerrado e que seja devidamente tratada a questão mais importante que é a da concretização da homenagem ao falecido munícipe em causa. —————

— **Sobre o mesmo assunto**, interveio, em seguida, o **Presidente da Câmara Municipal** para frisar que a devida homenagem à memória do Professor Matos, homem de corpo inteiro que enquanto professor marcou gerações, não deveria ser manchada por lutas político-partidárias. A Câmara deliberou, pois, a criação de uma bolsa de estudo que tem que ser objecto de regulamentação normativa, não estando fora de hipótese a atribuição do nome do professor a um dos estabelecimentos de

ensino da freguesia de Samora Correia, proposta que deve surgir do respectivo Agrupamento de Escolas, por sugestão da Assembleia ou da Câmara Municipais. —

— Continuando, na **resposta a Hélder Agapito**, o **Presidente do Executivo** afirmou que o Bloco de Esquerda fez viagem, em Samora Correia, procurando deficiências que em todos os lados existem. Muitas vezes legisla-se e depois não existe disponibilidade financeira para serem concretizadas as medidas previstas, ou seja, o Governo atribui as competências aos Municípios, mas depois a lei não é acompanhada das devidas transferências financeiras e de meios, físicos e humanos, assim tornando-se difícil às Câmaras cumprirem. Não obstante tem sido preocupação do Município de Benavente o cumprimento mínimo das disposições legais, continuando ainda muito por fazer nas ruas das localidades. Aceitou como boa a recomendação proposta, implicando a criação de uma rubrica específica a aplicar na eliminação das barreiras arquitectónicas. —

— Ao autarca **Nelson Lopes** esclareceu o **Presidente da Câmara** que: —

— - tem procurado estreitar a colaboração com os **CTT, Correios de Portugal, SA**, a fim de serem articulados os devidos esforços na resolução dos problemas registados na distribuição postal e que se relacionam com as competências municipais em matéria de toponímia e numeração policial, reconhecendo um problema de gestão de recursos humanos por parte dos serviços postais, informando que este assunto será objecto de reunião com a Administração Postal e que lamenta as reclamações existentes; —

— - concordou com a intervenção do autarca no que concerne ao problema grave da **falta de médicos nas unidades de saúde do Município**, discordando das declarações proferidas pelo Bastonário da Ordem dos Médicos que são um bom exemplo da força corporativa de bloqueio e considerando como inaceitável o caso concreto exposto, devendo a criação da proposta Comissão ser um objectivo comum de ambos os órgãos municipais, enquanto representantes das populações locais; —

— - tomou boa nota do **problema de segurança rodoviária** apontado; —

— - reconheceu razão no alegado quanto à **Escola Segura**, afirmando que é notória a falta de recursos humanos dos postos territoriais locais da Guarda Nacional Republicana, tendo, não obstante, a informação de que os Agrupamentos de Escolas são sempre cabalmente respondidos quando accionado o referido serviço. —

— Concluídas as respostas aos autarcas, o **Presidente da Assembleia** determinou a **leitura, a discussão e a votação dos seguintes documentos** dados entrada na Mesa e que seguem em anexo à presente Acta: **1. Voto de pesar pela morte do trabalhador municipal, Joaquim Lúcio do Couto Júnior e 2. Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, referente à Eliminação das Barreiras Arquitectónicas no Município.** —

— Relativamente ao **primeiro documento** posto a discussão, o autarca Nelson Lopes sugeriu que o mesmo fosse publicitado nos locais de estilo do Município e até nos diferentes serviços municipais, o que foi aceite pela Mesa. **Posto a votação mereceu aprovação unânime.** —

— O **segundo documento** não mereceu discussão, tendo sido **aprovado por unanimidade.** —

— Não se registaram quaisquer inscrições dos munícipes presentes para intervenção no **Período de Intervenção do Público.** —

— **Iniciou-se o Período da Ordem do Dia.** —

— **PONTO 1 – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ – Apreciação e eventual autorização, nos termos da aliena f) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** —

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal** este explicitou o assunto em discussão reportando-se ao teor da respectiva parte da acta da reunião da Câmara Municipal que constituiu documentação de apoio Sublinhou que a proposta constituiu uma opção de gestão, tratando a receita em causa, ainda que de montante não muito significativo e de comportamento volátil no actual contexto de crise financeira-económica nacional, de valores importantes para o reforço da capacidade financeira municipal, passando a referir-se às taxas em concreto propostas. —

— **Intervieram** na discussão do presente assunto os seguintes autarcas: **Sónia Ferreira**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, de **Margarida Netto, Vânia Castanheiro**, do Partido Socialista, **Hélder Agapito e Nelson Lopes.** —

— **Sónia Ferreira leu Declaração de Voto** dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, enunciando os motivos do respectivo voto contra, a qual se anexa à presente acta, constituindo sua parte integrante. —

— **Margarida Netto** registou com ligeiro agrado a redução da taxa aplicável às empresas de menor dimensão. Contudo, as taxas em causa prejudicam as empresas com mais lucros e que mais postos de trabalho significam, sendo certo que são aquelas que, em primeira linha, encaram os efeitos adversos da actual crise económico-financeira. Questionou quais os investimentos concretos que seriam prejudicados, caso a Câmara Municipal optasse por dispensar esta receita municipal e solicitou indicação do número de empresas sujeitas a cada uma das taxas propostas. —

— **Hélder Agapito** interveio para manifestar concordância com a proposta apresentada pelo Executivo Municipal, indicando que irá votá-la favoravelmente. —

— A autarca **Vânia Castanheiro** mencionou concordar com o seu grupo municipal com a redução da taxa para as empresas de menor dimensão. Todavia, não lhes mereceu concordância a outra taxa proposta, uma vez que entenderam que o Município deveria consagrar uma taxa reduzida em meio ponto percentual, constituindo tal redução como um incentivo à fixação de investimento económico. —

— **Nelson Lopes**, fazendo analogia com a posição da força política que representa quanto à taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, afirmou que a Coligação Democrática Unitária gostaria de abdicar da receita em causa, sem prescindir de vários investimentos, nomeadamente, da sua política de apoio social. A maioria das empresas estão sediadas em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, estando, assim, isentas destas taxas. Considerou que não é legítimo dizer-se que se extingue um posto de trabalho por causa da concretização da presente proposta. A Câmara Municipal apoia, por outras formas, as empresas locais. Assim, a Coligação Democrática Unitária vai aprovar, sem reservas, a presente proposta. —

— Consequentemente, o **Presidente da Câmara** informou o plenário da Assembleia dos números existentes relativos à sujeição efectivas às taxas propostas, a saber: mil e cinco empresas são sujeitos passivos de Imposto Sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas, seiscentas e dez têm volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros e trezentas e noventa e cinco, volume de negócios acima desse montante. Rejeitou que a aplicação das taxas propostas implique o prejuízo de postos de trabalhos, correspondendo isso a uma mistificação inaceitável do problema do emprego, cuja resolução passará necessariamente pela promoção da economia nacional, através de medidas estruturais. Sobretudo, num Município em que as empresas têm manifestado grande preocupação pela diversificação da respectiva

base económica, no que têm sido apoiadas pelo Executivo. Ademais, não é abdicando de receitas próprias, em contexto de descida drástica originada pela crise económico-financeira, que se resolvem as dificuldades de tesouraria dos municípios, sendo certo que a Oposição quando advoga, deve indicar em concreto as alternativas de solução que preconiza como melhores. A competitividade do Município não se perde pelas razões invocadas pela Oposição, mas sim se o Governo Central não agilizar rapidamente alguns dos imperativos processos de planeamento do desenvolvimento local, a saber: a Revisão do Plano Director Municipal e a previsão de áreas empresariais junto à área de implantação do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa. Ademais, por maioria de razão, se o Governo afirma não ter condições para redução dos impostos, por que razão tal sacrifício impossível deve ser exigido aos municípios. —

— **Finda a discussão, foi a presente proposta sujeita a votação tendo sido aprovada por maioria de quinze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, quatro abstenções, dos autarcas do Centro Democrático Social/Partido Popular e do Partido Socialista e quatros votos contra dos eleitos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** —

— **PONTO 2 – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS / RENDIMENTOS DE DOIS MIL E DEZ – RECEITA MUNICIPAL EM DOIS MIL E ONZE – Apreciação e eventual autorização, nos termos dos artigos décimo nono, número um, alínea c), vigésimo, números um e dois e quinquagésimo nono, todos da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais):** —

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal** este explicitou o assunto em discussão reportando-se ao teor da respectiva parte da acta da reunião da Câmara Municipal que constituiu documentação de apoio, sublinhando que o mesmo mereceu deliberação unânime nesse mesmo órgão municipal. —

— **Não se registaram inscrições de autarcas para discussão deste assunto.** —

— **Então, foi a presente proposta sujeita a votação tendo sido aprovada por unanimidade.** —

— **PONTO 3 – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + AMR) PARA O ANO FINANCEIRO DE DOIS MIL E DEZ – Discussão conjunta e votação separada das propostas – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do**

**artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: —**

— Conferida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este referiu-se brevemente à documentação de apoio às presentes propostas, explicitando a metodologia empregue na elaboração das mesmas, destacando a participação de todos os vereadores municipais, a abertura a soluções alternativas e as duas grandes áreas de investimento prioritárias, a Educação e a Acção Social

— **Inscreveram-se** para intervir no presente ponto da ordem de trabalhos os seguintes **autarcas: Dora Morgado**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, **Hélder Agapito, Bernardo Serra**, do Partido Socialista e **Nelson Lopes**.

— **Dora Morgado** evidenciou os seguintes aspectos considerados positivos nas propostas: o facto de as obras urgentes e o investimento nas actividades de apoio às escolas e à acção social coincidirem, parcialmente, com o que gostaria ver espelhado nestes instrumentos de gestão municipal. Todavia, apontou as vertentes negativas, a saber: os valores previstos para a promoção do Município, considerados irrisórios e as previstas taxas do Imposto Municipal Sobre os Imóveis e da Derrama, aspectos em que fundou o seu sentido de voto, que comunicou, a abstenção.

— **Hélder Agapito** retomou considerações que trouxe ao órgão deliberativo no mandato anterior, sejam a da justificação da elaboração de um Orçamento Participativo, o que lamenta mais um ano, não ter sido alcançável pelo Executivo Municipal, questionando para quando a concretização de tal possibilidade já afirmada como boa pela força política maioritária no Município.

— O autarca socialista, **Bernardo Serra**, encetou a sua intervenção, mencionando que as propostas em discussão não viam, naturalmente, espelhadas as principais questões de progresso do Município identificadas e defendidas pelo Partido Socialista no seu Programa Eleitoral às últimas eleições autárquicas, nomeando, entre outros, os assuntos referentes às taxas do Imposto Municipal Sobre os Imóveis e da Derrama, a aposta nas creches e nos lares de idosos, a rodovia circular externa de Samora Correia, criticando e questionando quanto às previsões orçamentais respectivas.

— **Nelson Lopes** elogiou os documentos que constituem as propostas em discussão, apontado que o trabalho da sua elaboração foi bastante e qualificadamente participado por todas as forças políticas com assento no Executivo Municipal e considerando que a vontade popular recolhida pela Coligação Democrática Unitária na

prestação de contas levada a cabo no âmbito das últimas eleições autárquicas é claramente reflectida nos mesmos, resultando no rigor daqueles. Mais, afirmou não poder concordar com a intervenção do autarca imediatamente antecedente, registando os significativos atrasos na concretização governamental dos programas no âmbito do quadro de apoio comunitário vigente, e sinalizando que, não obstante, a Câmara Municipal na construção e conclusão dos dois novos centros escolares do Município teve de antecipar cerca de três milhões de euros, o que é um exemplo nacional. Exemplificou, com casos concretos de medidas e projectos desde há muito concretizados, o sério investimento que a Câmara Municipal tem feito nas áreas da Educação e da Acção Social. Salientou, ainda, outras áreas significativas de investimento, entre as quais a da Habitação Social. —————

— Na sequência deste conjunto de intervenções, o autarca **Carlos Pauleta**, da Coligação Democrática Unitária requereu o uso da palavra à Mesa da Assembleia, o que foi aceite. Assim, afirmou que os documentos em causa reflectem o período de crise económico-financeira que assola o país e o mundo, a qual entendeu que se tornará mais grave, uma vez que comprovadamente o Governo não toma as medidas estruturais devidas. A Oposição quando assume tomada de posição que implica a diminuição das receitas e o aumento das despesas, para garantir o necessário equilíbrio financeiro, tem que indicar as medidas concretas de cortes no investimento, o que não fez. Destacou os investimentos que considerou mais relevantes, a saber: a aposta na área da Educação, constituindo investimento com e para o futuro, a previsão da construção da rodovia circular externa de Samora Correia, apontando que gostaria que fosse concretizado estudo sobre a mobilidade urbana, dando mais atenção à criação de uma rede clicável. —————

— Respondendo às várias intervenções dos autarcas, o **Presidente do Executivo** começou por referir que o futuro do Município são as crianças e se, de facto, a gestão municipal, constituir como prioridade o investimento na Educação e nas áreas complementares da área social, nisso residirá a atractividade e as condições necessárias ao acolhimento das cerca de catorze mil pessoas que se perspectivam trabalharem, directa ou indirectamente, no futuro Aeroporto Internacional de Lisboa. Por outro lado há que reforçar a promoção turística, em parceria estreita com os promotores privados, resolvendo, entre outros, a actual deficiente capacidade de alojamento turístico. Mais, na área do Turismo, os recursos financeiros disponíveis têm

que ser rentabilizados, procurando economias de escola, em sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, estando em curso o Projecto Mais Lezíria, no âmbito da prática da área desportiva, do turismo de natureza. —————

— Passando a referir-se à intervenção de **Hélder Agapito** afirmou que o Executivo Municipal tem a experiência de ouvir as comissões de moradores e as ligas de melhoramentos para objectivar a cidadania activa nos instrumentos de gestão municipal, assim melhorando a democratização desses mesmos processos. Quanto ao Orçamento Participativo em sentido estrito entende que previamente devem ser criadas as condições necessárias a possibilitar a participação directa dos munícipes, por exemplo, através do sítio oficial do Município na Internet, sem, contudo, se perder a linha de orientação imposta pelo que é o investimento estruturante. —————

— A **Bernardo Serra** esclareceu que os números diminutos do ano de dois mil e dez previstos quantos aos investimentos que o autarca destacou se devem, simplesmente, à circunstância de que para o próximo ano não estar prevista qualquer despesa relativa às candidaturas em sede do Programa Operacional Potencial Humano. Aliás, representa a Associação Nacional de Municípios Portugueses na Comissão de Acompanhamento desse mesmo programa e já questionou quer o gestor geral, quer o gestor dos equipamentos sociais, sobre as razões da taxa de execução de zero por cento, em cerca de duzentos e setenta equipamentos que já mereceram aprovação, tendo-lhe sido oposta a burocracia decorrente da lei aplicável. A única candidatura aprovada com garantia de comparticipação governamental é a do lar residencial para deficientes do Centro de Recuperação Infantil de Benavente. —————

— Ao autarca **Nelson Lopes**, o Presidente da Câmara referiu, no âmbito da habitação social que o ex-Instituto Nacional da Habitação celebrou protocolo com o Município de Benavente abrangendo a construção e/ou o arrendamento de duzentas habitações para famílias de estratos sócio-económicos desfavorecidos, sendo que até ao presente apenas aprovou vinte e uma dessas candidaturas. Mais, o Programa Governamental PROHABITA encerrou por indisponibilidade de verbas. Entendeu que o Executivo e os seus serviços de acção social devem acorrer a situações graves, as quais já surgiram existindo intervenções várias em curso. Informou que já solicitou, com carácter de urgência, a realização de reunião com o Presidente da citada entidade pública central. —————

— Após a discussão conjunta das propostas insertas no presente ponto, decorreram as suas **votações em separado.**

— **Posta a proposta de Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e dez a votação, na presença de vinte e dois autarcas, foi a mesma aprovada por maioria de treze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, com três votos contra, dos autarcas do Partido Socialista e seis abstenções, dos eleitos do Bloco de Esquerda, do Centro Democrático Social/Partido Popular e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.**

— **Posta a proposta das Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) para o ano financeiro de dois mil e dez a votação, na presença de vinte e três autarcas, foi a mesma aprovada por maioria de catorze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, com três votos contra, dos autarcas do Partido Socialista e seis abstenções, dos eleitos do Bloco de Esquerda, do Centro Democrático Social/Partido Popular e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.**

— **PONTO 4 – PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL –** Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro e do número três do artigo quinto da Lei número Doze-A barra dois mil e oito de vinte e sete de Fevereiro, bem como da alínea b) o número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo**, este explicitou a proposta, sublinhando que a mesma constitui uma obrigação legal, em simultâneo com as propostas e documentos que antecederam na ordem do dia, informando, também, acerca dos procedimentos concursais em curso e, ainda, da intenção de se proceder à reorganização dos serviços municipais.

— **Não se registaram inscrições de autarcas para discussão deste assunto.**

— **Então, foi a presente proposta sujeita a votação tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do autarca do Bloco de Esquerda.**

— **PONTO 5 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTRO**

**DE SAÚDE DA LEZÍRIA II – nos termos e para os efeitos da alínea b) do número um do artigo trigésimo primeiro do Decreto-Lei número vinte e oito barra dois mil e oito, de vinte e dois de Fevereiro:** \_\_\_\_\_

— A **Mesa da Assembleia** registou a entrada das seguintes listas à presente eleição:

— **Lista A, da Coligação Democrática Unitária: Ana Carla Ferreira Gonçalves;**

— **Lista B, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata: Nuno Miguel David Ganhão Vieira;** \_\_\_\_\_

— **Lista C, do Partido Socialista: Joaquim Manuel Louro Cabeça.** \_\_\_\_\_

— Em seguida, decorreram a votação (vinte e três votantes), o escrutínio e o apuramento dos seguintes **resultados:** \_\_\_\_\_

— **Lista A – 14 votos;** \_\_\_\_\_

— **Lista B – 4 votos;** \_\_\_\_\_

— **Lista C – 3 votos;** \_\_\_\_\_

— **Votos em branco – 2 votos.** \_\_\_\_\_

— Assim, **foi eleita, por maioria, como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria II, Ana Carla Ferreira Gonçalves, da Coligação Democrática Unitária.** \_\_\_\_\_

— **PONTO 6 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE BENAVENTE – DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES, PREFERENCIALMNETE COM ESPECIAIS CONHECIMENTOS OU CAPACIDADES PARA INTERVIR NA ÁREA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO – Nos termos da alínea I) do artigo décimo sétimo do Anexo à Lei número cento e quarenta e sete barra noventa e nove, de um de Setembro, conjugada com a alínea I) do artigo 2.º da Portaria número mil, cento e vinte e seis – BI barra dois mil, de trinta de Dezembro:** \_\_\_\_\_

— A **Mesa da Assembleia** registou a entrada de uma única lista, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária, a saber: \_\_\_\_\_

— **Lista A:** \_\_\_\_\_

— **Nelson Pinheiro da Silva Lopes, jornalista;** \_\_\_\_\_

— **Irina Noël Matias Batista, educadora de infância;** \_\_\_\_\_

— **Dora Isabel Lúcio Morgado, professora;** \_\_\_\_\_

— **Fernando Escarduça, da Associação SERVIR.** \_\_\_\_\_

— Em seguida, decorreram a votação (vinte e três votantes), o escrutínio e o apuramento dos seguintes **resultados**: \_\_\_\_\_

— **Lista A – 18 votos**; \_\_\_\_\_

— **Votos em branco – 5 votos**. \_\_\_\_\_

— Assim, **foram designados, por maioria, os acima mencionados cidadãos eleitores, integrantes da Lista A, da Coligação Democrática Unitária.** \_\_\_\_\_

— **PONTO 7 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA – Nos termos da alínea b) do número um do artigo terceiro – D, conjugado com o número um do artigo terceiro-A, ambos do Decreto-Lei número dezassete barra dois mil e nove, de catorze de Janeiro:** \_\_\_\_\_

— A **Mesa da Assembleia** registou a entrada das seguintes listas à presente eleição:

— **Lista A, da Coligação Democrática Unitária: Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia;** \_\_\_\_\_

— **Lista B, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão.**

— Em seguida, decorreram a votação (vinte e três votantes), o escrutínio e o apuramento dos seguintes **resultados**: \_\_\_\_\_

— **Lista A – 14 votos**; \_\_\_\_\_

— **Lista B – 4 votos**; \_\_\_\_\_

— **Votos em branco – 5 votos**. \_\_\_\_\_

— Assim, **foi eleito, por maioria, como representante da Assembleia Municipal na Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Hélio Manuel Faria Justino,** Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, eleito da Coligação Democrática Unitária. \_\_\_\_\_

— **PONTO 8 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que a proposta em discussão correspondia à proposta decorrente da última reunião de trabalho do respectivo Grupo de Trabalho, da passada terça-feira, tendo sido distribuída no início da presente sessão. E enquadrou todo o trabalho do referido Grupo de Trabalho. Após o que

solicitou a intervenção da **Primeira Secretária** que integrou o mesmo Grupo de Trabalho, o que esta fez, ressaltando que o documento de trabalho base foi um bom ponto de partida, sendo que as alterações propostas foram pontuais, procurando todas melhorar o Regimento, tendo o trabalho sido consensualmente aceite por todas as forças político-partidárias. \_\_\_\_\_

— Aberta a discussão sobre o presente ponto, **inscreveram-se os autarcas Carlos Pauleta, Dora Morgado e Nelson Lopes.** \_\_\_\_\_

— **Carlos Pauleta** fez a sugestão que o índice do Regimento fosse apresentado no início do documento. Mais, referiu-se ao normativo do número dois do artigo vigésimo quinto previsto, entendendo que a sua redacção não respeita o espírito e o desenho legal do Período de Intervenção do Público, já que o Período da Ordem do Dia destina-se à intervenção dos autarcas e aqueloutro à intervenção dos munícipes incidente sobre outras questões. Solicitou, assim, que este normativo fosse objecto de votação em separado do restante documento em discussão. \_\_\_\_\_

— A autarca **Dora Morgado** indicou erro ortográfico a ser corrigido no artigo septuagésimo oitavo da proposta e em esclarecimento à intervenção do autarca Carlos Pauleta, evidenciou que a norma em causa não restringe ilegitimamente o direito à intervenção do público nas sessões plenárias da Assembleia, antes o disciplina, atendendo à natureza distinta das sessões ordinárias - estas compreendendo sempre, por força da lei, um ponto destinado à prestação de informação pela Câmara Municipal para acompanhamento da sua actividade - e das sessões extraordinárias, sendo certo que a Câmara Municipal tem sempre demonstrado uma estreita ligação aos munícipes nos atendimento públicos semanais.

— **Nelson Lopes** começou por congratular o bom trabalho do Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento da Assembleia, tendo sido limpas algumas das redundâncias do anterior regimento. Todavia, partilhou do mesmo entendimento defendido pelo autarca Carlos Pauleta quanto ao número dois do artigo vigésimo quinto proposto, considerando que a sua redacção não traduz o que tem sido o funcionamento, por exemplo, da Câmara Municipal. Mais, afirmou considerar que a leitura feita quanto ao âmbito do Período de Intervenção do Público torna certas matérias que podem ser relevantes para o Município como interditas na Assembleia, por exemplo, segurança rodoviária, falta de médicos. Afirmou ser a mesma norma uma limitação à participação cívica. Assim, apelou ao bom senso da Mesa para que faça uma apreciação casuística

das matérias pretendidas abordar pelos munícipes, devendo ser sempre colocadas quando se revistam de interesse público local. Secundou o autarca Carlos Pauleta na proposta de sujeitar a norma em causa a votação em separado. —————

— O **Presidente da Assembleia** retomou a defesa do discutido normativo proposto, assumindo que em sede de sessão plenária ordinária da Assembleia, no Período da Intervenção do Público, sempre que sejam colocadas questões que, mesmo indirectamente, se relacionem com atribuições e competências municipais, desde que contribuam para a elevação dos trabalhos e se relacionem com o interesse público local, serão as mesmas permitidas. Questionou se os autarcas mantinham as suas propostas de votação em separado do proposto artigo, os quais as reafirmaram, reatando a linha de argumentação comum já antes explicitada. —————

— **Assim, procederam-se a duas votações:** —————

— **a primeira, incidente sobre a proposta em causa, excepção feita ao seu artigo vigésimo quinto, número dois, a qual foi aprovada por unanimidade;** ———

— **a segunda, incidente sobre a referida norma, a qual foi aprovada, por maioria, com dois votos contra dos autarcas Nelson Lopes e Carlos Pauleta, ambos da Coligação Democrática Unitária, tendo o primeiro apresentação declaração de voto verbal, considerando, em síntese, que a redacção da norma em causa é limitativa da participação cívica dos munícipes na Assembleia Municipal, no Período da Intervenção do Público.** —————

— **PONTO 9 – ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
– **Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** —————

— Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este reportou-se à situação financeira do Município registada no dia da presente sessão, indicando os números referentes, entre outros, ao saldo das operações orçamentais e à previsão final e à receita arrecadada. Destacou outros assuntos relacionados com a actividade municipal, a saber: apesar de não se mencionar no documento, a Câmara Municipal deliberou a necessidade de realização urgente de reunião com o Presidente da Autoridade Regional de Saúde para abordar a preocupante falta de médicos, o funcionamento deficitário do Serviço de Atendimento Permanente de Benavente, a

qual ainda não foi respondida, não se descartando, assim, a solicitação de reunião com os mesmos fins à própria Ministra da Saúde; quanto aos projectos existentes correlacionados com a acção das Estradas de Portugal, mencionou que têm decorrido regularmente reuniões, já com alguns resultados concretos, tais como a elaboração do projecto de melhorias na travessia rodoviária de Benavente que se desenvolverá desde a ponte sobre o Rio Sorraia e até ao limite urbano, com necessidade de remodelação das redes de águas e de esgotos, a garantia da construção de três rotunda, na zona urbana de Benavente, a insistência na necessidade de construção de rotunda no Porto Alto, Samora Correia, junto às instalações da SOCTIP, na Estrada Nacional Dez, sendo que as Estradas de Portugal entendem fazê-la depender da viabilização do loteamento urbano nos terrenos onde esteve instalado o Rádio Clube Português, assegurando, até possivelmente em comparticipação com a Câmara Municipal, custos com expropriações e outros inerentes. —————

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto da ordem do dia os autarcas, **Dora Morgado, Nelson Lopes e Hélder Agapito.** —————

— **Dora Morgado** reconheceu o grande esforço que a Câmara Municipal pôs na abertura dos dois novos Centros Escolares, o qual tem mantido no seu funcionamento. Contudo, em Samora Correia mantêm-se sérios problemas na canalização do edifício, verificando-se constantes infiltrações, prejudicando o regular funcionamento das aulas. Faltam, ainda, mobiliário, cadeiras e mesas no refeitório e os materiais de limpeza não chegam atempadamente. Entende que, possivelmente, estes problemas resultam de falta de conciliação entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal. —————

— Mais, referiu que em Janeiro do corrente ano, o vereador Miguel Cardia esteve presente num reunião da Comissão Específica da Assembleia respectiva, a propósito da Protecção Civil, tendo-lhe sido manifestadas preocupações quanto à inexistência de simulacros de sismo, quer nas escolas, quer nos edifícios públicos locais, nomeadamente nos municipais, solicitando ponto de situação. —————

— Mencionou, por fim, os abatimentos verificados mesmo após a repavimentação da Estrada das Vagonetes e da Rua dos Operários Agrícolas. —————

— O autarca **Hélder Agapito** alertou o Executivo Municipal sobre os lixos depositados junto aos contentores, por falta de civismo das pessoas, devendo insistir-se na divulgação da informação e na sensibilização para as boas práticas ambientais.-

— **Nelson Lopes** abordou, igualmente, a questão da deposição ilegal de resíduos sólidos, exemplificando com as deposições de cartões, por parte, muitas vezes, de empresas identificadas, e com outros actos de vandalismo ou pouco civismo, devendo ocorrer uma fiscalização mais actuante. Concordou com o reforço da informação e da sensibilização. Deu como bom exemplo na prestação de serviço público, a concessão a empresa privada das limpezas e salubridade urbanas. Defendeu, nos âmbitos do trânsito e da mobilidade urbanas, a elaboração urgente de um plano mais alargado. Alertou para a necessidade de instalação de passadeiras na Estrada Nacional Cento e Dezoito, nos atravessamentos dos núcleos urbanos de Benavente e de Samora Correia, bem como de melhorar-se a sinalização de trânsito existente, propondo que sejam adoptados sistemas eficientes de sinalização luminosa. Referiu, também, o problemático troço da mesma Estrada Nacional entre o Porto Alto e Alcochete, registando-se números brutais de sinistralidade rodoviária com mortes e feridos graves, tendo o mesmo troço condições propícias ao excesso de velocidade e à condução não defensiva, indicando como possível solução o alargamento da via e a colocação de barreiras de velocidade, tardando a Estradas de Portugal na urgente intervenção necessária. Registou com agrado a maior afluência de público aos eventos culturais e similares, havendo ainda que desenvolver um maior esforço na sua divulgação. Considerou que deveria perpetuar-se a memória colectiva do Vinte e Cinco de Abril, recuperando as antigas instalações do Rádio Clube Português, entretanto, vandalizadas. Destacou diversos eventos ocorridos, tais como: a Temporada da Música e Outras Artes, as peças de teatro de *Os Revisteiros* e de *Sobre Tábuas*, em evocação do terramoto de mil novecentos e nove, as actuações a bom nível do Coro Municipal. Evidenciou a reeleição do Presidente da Câmara Municipal como Vice-Presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e a eleição da Primeira Secretária da Mesa como Vice-Presidente da Assembleia da mesma Comunidade.

— Inscreveu-se, ainda, o autarca **Carlos Pauleta** lembrando que a Estradas de Portugal comprometeu-se construir uma rotunda, junto à SOCTIP, na Estrada Nacional 10, e a colocar sinalização semaforica limitadora de velocidade na Estrada Nacional 118, junto à escola do 1º ciclo do Ensino Básico, que se localiza próximo da rotunda

onde aquela estrada cruza a Estrada Nacional 10, pelo que solicitou informação sobre a concretização das referidas obras. \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às intervenções dos autarcas, começando por abordar os problemas verificados no Centro Escolar de Samora Correia, reconhecendo a existência dos mesmos, pela opção de contratação subempreiteiro local para instalação do sistema de aquecimento, sendo que o vereador Carlos Coutinho, em seu nome, já pediu a melhor compreensão de todos os agentes escolares para o efeitos. Para resolução deste problema vai ter-se que encerrar a escola durante cerca de quatro dias, na próxima pausa lectiva, já que há que levantar pavimentos para resolução definitiva. Espera-se normalizar a falta de mobiliário, cuja entrega está para breve. Relativamente aos meios de limpeza informou que é à Junta de Freguesia que compete transferir para o Agrupamento, anualmente, a respectiva verba. \_\_\_\_\_

— **Dora Morgado** interveio para complementar, afirmando a falta de material de expressão plástica, no que foi respondida pelo **Presidente do Executivo** que assegurou que este atribuiu ao Agrupamento de Escolas responsável os valores necessários à aquisição de material didáctico, material para os novos refeitórios, reafirmando a referência feita à responsabilidade da Junta de Freguesia. Passando à questão dos simulacros de sismos referiu que os planos de emergência são documentos dinâmicos que pressupõe a realização anual de testes de evacuação. Pediu ao vereador municipal responsável, Miguel Cardia, que reúna com as Direcções dos Agrupamentos de Escolas, para prestar os devidos esclarecimentos. Quanto aos edifícios municipais lembrou o acontecimento de há um ano, o rebentamento de um posto de transformação de electricidade nas imediações do Edifício dos Paços do Município, em que tudo correu pelo melhor, sob a coordenação e responsabilidade do Sector de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

— Ademais, tomou boa nota relativamente aos alertas da autarca para os problemas do pavimento das identificadas vias em Samora Correia. \_\_\_\_\_

— Acerca do problema de falta de civismo na deposição de resíduos sólidos urbanos, reconheceu-o, defendendo que a informação e a sensibilização deve, sobretudo, ser levada a cabo nas escolas. Admitiu que é difícil concretizar a instalação de mais Ecopontos, pelas dificuldades financeiras que imperam na ECOLEZÍRIA. Identificou como grandes e irresponsáveis produtores de cartões os comerciantes chineses no

Município, situação que justificou já a realização de uma reunião com representantes da embaixada chinesa em Portugal, solicitando a sua colaboração na realização de acção de sensibilização junto da respectiva comunidade local. \_\_\_\_\_

— Sobre o Plano de Mobilidade Urbana informou que a Estradas de Portugal deu parecer de que a melhor solução é a instalação de passadeiras elevadas na Estrada Nacional Cento e Dezoito. Referiu, mais, que a construção da infra-estrutura aeroportuária é uma oportunidade de criação de novas acessibilidades que deve ser aproveitada. \_\_\_\_\_

— Informou que o edifício do antigo Rádio Clube Português está previsto integrar o domínio municipal, em área de cedência em sede do loteamento dos terrenos envolventes que está a decorrer. \_\_\_\_\_

— Assumiu que, caso a Estradas de Portugal não leve a cabo, a Câmara Municipal, se lhe for permitido por tal entidade, colocará a sinalização semafórica referida. \_\_\_\_\_

— A este passo, a autarca **Dora Morgado** formulou pedido de esclarecimentos sobre a problemática da Protecção Civil, se já decorreram ou não simulacros de sismo no Cine-Teatro de Benavente ou no Centro Cultural de Samora Correia. \_\_\_\_\_

— Foi respondida pelo vereador municipal, **Miguel Cardia**, que informou que no ano de dois mil e dez vão ser calendarizados os testes nos edifícios municipais. \_\_\_\_\_

— **Seguidamente, o Presidente da Assembleia dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, deu por terminada a discussão da Ordem do Dia e anunciou que se iria proceder a intervalo para elaboração das minutas.** \_\_\_\_\_

— **As deliberações referentes aos pontos 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos foram aprovadas sob a forma de minuta.** \_\_\_\_\_

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e horas e cinquenta minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente Acta, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

A Primeira Secretária

\_\_\_\_\_  
O Presidente,

\_\_\_\_\_  
A Segunda Secretária